

A assembléia escolar e o desamparo na adolescência: Um diálogo necessário entre Psicanálise e Educação.

Marina Pinheiro e Auxiliadora Cunha¹

A discussão sobre a condição do desamparo na adolescência e a assembléia de estudantes surgiu como efeito das impactações e testemunho do mal-estar que atravessa, inevitavelmente, qualquer um de nós que venha a participar do universo escolar. Imergir nesta paisagem é lançar-se num dispositivo cultural marcado pela injunção entre a função de transmissão de saberes, de aposta no pacto social, de perspectivação do futuro, e, ao mesmo tempo, de descrença/desconfiança na palavra do outro, de repetição mortífera de rotinas, de deflacionamento no desejo de saber. Numa “armadura de sentidos” bastante cristalizada, pedagogos, docentes, discentes, se referenciam a uma colossal explicação “apocalíptica” sobre os impasses vivenciados na cotidianidade de sua convivência. “É a família que não impõe limites ou abandona a educação dos filhos à escola”, “são os professores esgotados por servirem a quatro ou cinco instituições”, “é o conteúdo programático que nada diz da vida das pessoas aqui”, “são os alunos que reconhecem em qualquer discurso moralizante ou solidário seu traço de impostura e hipocrisia...” A partir desta arena de vozes justapostas, juventude e educação tornam-se insígnias de impasse. Seria neste sentido que a leitura psicanalítica – enquanto saber erigido sobre as vicissitudes paradoxais da cultura e de suas formas de subjetivação – desenvolve interlocução junto à problemática educacional da atualidade.

Antes de adentrarmos na discussão sobre a função da assembléia no contexto escolar, torna-se necessário um breve apontamento sobre o que é dito como próprio da adolescência contemporânea na apreensão de alguns psicanalistas. De acordo com Birman (2005), a juventude atravessa um contexto sócio-familiar em que a experiência do desamparo é traço de sua condição. Em poucas palavras, a privação psíquica da presença dos pais na cena familiar, em decorrência da impossibilidade da renúncia ao trabalho e, conseqüentemente, o endividamento da parentalidade em relação aos cuidados com os

¹ Marina Pinheiro, Psicóloga Clínica, Mestre em Psicologia Clínica (UNICAP) e Doutora em Psicologia Cognitiva (UFPE).

Auxiliadora Cunha, Psicóloga Clínica e Escolar, Psicomotricista Romain-Thiers.

filhos, produziu uma espécie de esmaecimento da família como rede de apoio e contenção às intensidades do adolescente.

Nesta nova economia dos cuidados encontra-se marcado o curto-circuito entre, de um lado, um não-ceder dos pais de seus projetos existenciais singulares, no qual trabalho e consumo configuram-se como os eixos centrais, e, de outro, a precariedade de seus substitutos (atividades extra-escola, televisão, jogos e redes de sociabilidade virtuais) em dar conta da solidão ruidosa de uma juventude engaiolada numa rotina fatigante e vigiada à distância.

“Assim, privados psiquicamente da maior presença dos pais na cena familiar, protegidos e ilhados que são pela disseminação da violência urbana, sem poderem adquirir instrumentos psíquicos de ir e vir pela falta do domínio do espaço público, a juventude se inscreve num cenário paradoxal. Com efeito, afetivamente privados e fragilizados pelo excesso de proteção, os jovens não podem aprender a se virar. Em decorrência disso, a **infantilização** de sua condição se prolonga” (*ibid.*p.18).

Neste sentido, quando o sistema de filiação torna-se fragilizado e, conseqüentemente, os espaços de circulação da palavra tornam-se contraídos, a dita “infantilização” da adolescência assume o lugar de expressão de uma subjetividade dilacerada entre um sofrimento inarticulável e o distanciamento da aquisição de meios simbólicos para a realização de alguma autoria existencial necessária ao processo de adolecer.

Conforme aponta Calligaris (2000), na cultura vigente, o adulto moderno transmite ao adolescente a ambição de não repetir a vida e o status dos adultos que o engendram. Ou seja, de desrespeitar suas origens, de não se conformar, de se destacar. Além do culto à performance e a uma singularidade mítica, imaginária, o autor enfatiza a idealização contemporânea da adolescência pelo adulto. O adolescente enquanto um “adulto de férias”, que gozaria de sua potência corporal e de seu suposto poder contestador, livre do dever, das responsabilidades, seria o representante contemporâneo da graça outrora circunscrita à infância.

No entanto, nos sintomas prototípicos da adolescência atual, tais como as toxicomanias, as compulsões, a ciberdependência, ficariam sinalizadas a suplência e a dimensão Real de um mal-estar que não encontraria suporte na assimetria própria à função do adulto. Conforme bem espelhado na canção de uma banda norte-americana de jovens (MGMT), que teve ampla repercussão midiática, encontramos um discurso bastante

significativo do olhar desencantado da adolescência atual. A música se chama “Tempo de fingir” (Time to pretend).

*Estou me sentindo em estado bruto e cru, no auge da minha vida
Vamos fazer um som, ganhar uma grana, escolher algumas modelos pra casar
Vou me mudar para Paris, injetar heroína e foder com as estrelas
Você é o encarregado pela ilha, a cocaína e os carros elegantes*

*É uma decisão nossa de viver rápido e morrer jovem
Nós já sacamos, agora, vamos ter alguma diversão
Tudo bem, isto é esmagador, nos excede, mas o que mais poderíamos fazer?
Arrumar empregos em escritórios e acordar de manhã para viajar a trabalho?*

*Esqueça nossas mães e nossos amigos
Nós estamos fadados a fingir
A fingir
Nós estamos fadados a fingir
A fingir*

*Vou sentir saudades das brincadeiras, dos animais e de cavar procurando minhocas
Vou sentir saudades do conforto de minha mãe e do peso do mundo dela
Vou sentir saudades da minha irmã, do meu pai, do meu cachorro e da minha casa*

*É, vou sentir saudades da chatice e do tempo passado sozinho
Mas não há nada que possamos fazer
O amor deve ser esquecido, a vida sempre pode recomeçar
As modelos terão filhos e nós nos divorciaremos
Encontraremos outras modelos, tudo deve seguir o seu curso*

*Nos sufocaremos em nosso vômito e esse será o fim
Nosso fardo é fingir
É fingir*

Na letra desta canção, o sufocamento no excesso, no “vômito”, na figuração do abjeto, associa-se ao lugar de um futuro perspectivado como embuste em sua promessa de realização. “Nosso fardo é fingir”, enunciado de refrão, encenaria a descrença fundamental em qualquer semblante de verdade sustentada pelo Outro. Sentindo-se “rough” and “raw” no auge da vida, numa lírica acidamente irônica, os autores juvenis apontam como ideais, personagens e cenas tais quais dos astros de videoclipes centrifugados a representantes de gozo. Sob condição de fruição fantasmática, o inatingível torna-se um objeto de colonização sádica... “Foder com as estrelas”, um orgasmo cósmico, nirvanico, e por isso “assombroso”, “overwhelming”, que os excede.

Segundo Winnicott: “Na fantasia inconsciente, crescer é, eminentemente, um ato agressivo”, e agressivo porque nele está implicado o processo de ocupar o papel de genitor, uma sombra parricida necessária à singularização do jovem. Contudo, poderíamos indagar: “E quando os representantes paternos encontram-se deficitários pela fragilização dos interditos, efeito da, aqui aludida, provisão compensatória à culpa pelo absentismo familiar?” “Como e o que subverter, se os representantes do sagrado encontram-se desmoralizados em sua assimetria?”

Para a educação, os efeitos desta paisagem subjetiva agudizam-se sobre o peso do esvaziamento da produção de sentido na experiência do aprendiz (sintoma do declínio da figura do mestre), sobre os efeitos do superinvestimento da família e dos educadores na performance. É comum na fala dos educadores a queixa sobre a apatia observada em sala de aula, a indisciplina, o desafio da manutenção do respeito ao professor, a hostilidade entre colegas, bem como a proliferação de alunos com diagnósticos de depressão, dislexia, transtorno de atenção e hiperatividade.

Tudo o que foi dito até aqui não traz nada de novo ao que a psicanálise crítica da modernidade desenha, em formato caricatural, sobre as formas de vida contemporâneas. Contudo, Vladimir Safatle (2010), em sua curiosa releitura sobre o fetichismo, nos alerta sobre o perigo de que nessas interpretações subsista um tipo de nostalgia humanista e uma crítica moral ao hedonismo e à ausência de limites no mundo atual. No entanto, tal preocupação não deve nos fazer recuar em reconhecer as mutações que se fazem presentes nos modos de laço social e, através disso, procurar suas linhas de fratura, suas bifurcações. Neste ponto, poderíamos dizer, no que concerne aos princípios identificatórios de nosso *ethos*, que se por um lado identificamos um certo flerte ao desejo de passar ao largo da função paterna, por outro lado, é importante insistir no simbólico, em termos de sua expressão no campo das identificações horizontais.

Com isto desejamos destacar que em tempos de inflacionamento do registro imaginário, a chamada “função fraterna”, redescrita por Kehl (2000), pode bem metaforizar uma outra forma de situar o lugar do outro-semelhante na edificação de novas formas de laço social. Sob este ângulo, é como se o eterno apelo de reconhecimento dirigido ao Outro, encontrasse no irmão, uma outra possibilidade de legitimação da diferença. Neste universo, o amparo fraternal abrigaria, enquanto modalidade de ética solidária, o poder de coibir e/ou

amortecer os abusos paternos. Neste registro, para muito além da rivalidade entre os irmãos apontada por Freud, aconteceria o espaço para novas formas de sociabilidade, bem como a produção de novas práticas languageiras, transformadoras dos discursos estabelecidos, geradoras das diversas formas de contestação política e moral.

Seria sob este tipo de aposta que a experiência da assembléia escolar (Puig, 2000) se oferece como um significativo espaço de fala para os estudantes, vez que nela é produzido um campo de elaboração para o sofrimento do aprendiz e para os limites e possibilidades da instituição educacional em intervir junto ao desamparo indizível presente na instituição. Estes encontros assumem como objetivo a escuta e o encaminhamento dos desafios e impasses vivenciados pelos adolescentes, tanto no campo da aprendizagem, como no campo dos conflitos entre colegas e demais participantes da instituição, visando, assim, uma maior responsabilização dos adolescentes sobre o seu percurso acadêmico e, também, a aproximação entre as ações da escola para com as demandas do grupo discente.

Em nossa experiência, a implantação da assembléia escolar foi objeto de muita resistência na instituição. A sensação entre os coordenadores pedagógicos era a de que abrir tal espaço de fala poderia configurar três grandes problemas para a escola: Primeiramente, o de fortalecer entre os estudantes o poder de suas queixas, confundindo sua condição estudantil pela de consumidor de serviços educacionais. Um segundo, seria o temor de ter de se haver com as fraturas internas no cumprimento das regras da escola, pela própria equipe gestora, fazendo com que o sempre tenso semblante de verticalidade institucional caísse por terra. Por fim, um terceiro ponto, mais significativo e englobante dos outros dois, foi bem sintetizado por um dos atores do espaço escolar, afirmando: “Isto aqui, assim como a família, não é uma democracia!”

Sem dúvida, as questões levantadas no momento de implementação deste espaço de fala para os estudantes são de extrema relevância na configuração do que poderia emergir nesta espécie de “dar ouvidos ao que os meninos dizem”. Assim, em busca de atingir um mais equilibrado jogo entre a assimetria funcional das relações e da simetria democrática dos princípios éticos, a escola abriu-se à aventura da escuta interventiva sobre seus estudantes adolescentes.

No momento de abertura das assembléias, chamava atenção da psicóloga e da coordenadora, não só a inquietação e o estranhamento dos estudantes à possibilidade de

fala, como também, a dificuldade do grupo em elaborar perguntas sobre sua rotina, em colocar em questão a própria arbitrariedade das tradições escolares.

A impressão que tínhamos era a de que, para os alunos, participar da escola se constituísse como um paradoxal rito de passagem, ao mesmo tempo em que desprovido de sentidos, seria uma época necessária, de gestação compulsória, de uma espera para a autorização de uma “vida lá fora” atemorizante e castradora. Esta imagem nos veio, quando os alunos falavam, de modo jocoso, sobre uma estudante da outra turma que teria sido colocada para fora de sala pelo professor, ao tirar da mochila e cobrir-se com um lençol durante a aula. Assim, em meio ao tom de brincadeira, uma jovem destacara que também não haveria nada a se perder, que cada um se mantinha quieto na medida do possível, e que, ao seu modo, tinha suas estratégias de sobrevivência à rotina extenuante e, por vezes, profundamente tediosa, mas fundamental ao que lhe aguardaria na universidade. Na cadeia associativa da fala nesta assembléia, o baixo rendimento escolar de 90% da turma, e, especialmente, a apatia com que os alunos respondiam sobre sua condição, pasmava a equipe de coordenação do encontro, como se nada ali pudesse provocá-los, como se fosse impossível despertá-los, tirando-os de debaixo do lençol da incisiva descrença nos efeitos de seus próprios enunciados sob a escuta da instituição.

Pouco a pouco, nestes encontros, o trabalho da equipe de coordenação das assembléias deu-se, sobretudo, em poder deslocar-se de uma posição puramente pedagógica e poder estabelecer-se na função de um espelhamento diferenciado ao que era dito, buscando possibilitar ao grupo uma reflexão sobre os efeitos de sua desimplicação, de sua descrença em se fazer escutar frente ao Outro escolar. Na brevidade do que é possível de ser recortado nesta apresentação, pode-se dizer que tal trabalho provocou a equipe gestora da escola, na exploração de suas inconsistências silenciadas, pois a confrontação ante a fala dos estudantes tornara-se inevitável.

Através destes encontros com o grupo de alunos, estabeleceram-se pequenos acordos de convivência, dos quais se subdividiam os monitores da manutenção dos acertos definidos em assembléia. A figura do representante de turma tornara-se, neste processo, um importante mediador das relações entre a coletividade da sala e a equipe pedagógica, modificando o semblante apático da posição dos alunos, pela da expectativa de fazerem-se valer enquanto discurso de grupo para a escola. Nesta espécie de micropolítica produzida

pela escola no contexto da assembléia, algo da ordem de um “se contarem”, do reconhecimento de uma ordem discursiva partilhada pelos estudantes, foi sendo produzida. Esta ordem, obviamente, não isenta de contradições, foi sendo elaborada através, especialmente, da confrontação dos alunos junto aos efeitos da nomeação do lugar da apatia em seus destinos na manutenção de um funcionamento escolar descrito como arbitrário. Neste percurso, o trabalho da assembléia ganhou força através da mobilização de um grupo docente mais engajado no lugar da relação junto aos alunos, como também, por via do investimento na função de estimulá-los a fazerem questões sobre o vivido, a apostarem na escuta do Outro institucional quando realizada à luz de um possível nome-próprio coletivo.

Sendo assim, a assembléia se constituiu enquanto momento diferenciado da rotina escolar, em que é operada uma abertura/fenda em relação aos discursos estabelecidos pelos educadores sobre a situação dos estudantes, promotor da confrontação dos sujeitos (estudantes, professores, gestores) em sua implicação fundamental face ao mal-estar que atravessa desde o campo das relações junto ao outro, par da cultura, como também ao Outro, lugar do saber e da arbitrariedade simbólica que constitui o espaço escolar. Nestes encontros, fortaleceu-se uma caixa de ressonâncias em que o desejo do aprendiz, desejo este muitas vezes indagado em termos de sua expressividade, ressurge interpelando a injunção massificadora, cristalizada, normativa do saber escolar.

É neste sentido que o presente trabalho, buscou, ainda que sucintamente, problematizar sobre a força que este dispositivo de fala gera na função formativa da instituição educacional da atualidade, como também, sobre os efeitos provocados para o adolescente através da conquista de uma nova visibilidade para si mesmo e para a escola, mediado não pelo excesso, mas pela palavra. É neste ponto que o discurso do adolescente incide sobre a paisagem da educação como possibilidade de produção de porosidade na “pele do soldado de chumbo” dos discursos instituídos sobre a singularidade atual da juventude.

Referências bibliográficas

Birman, J. (2005). *Tatuando o desamparo: A juventude na atualidade*. Consultado em 20 de julho de 2011. <http://www.eposgsv.org/arquivos/tatuando.pdf>

Calligaris, C. (2000). *Adolescência*. São Paulo: Publifollha.

Kehl, M. (2000). *Função Fraternal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Melman, C. (2004). *O homem sem gravidade – gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Poli, M. C. (2004). Perversão da cultura, neurose do laço social. *Agora*, vol. VII(1): 39-54.

Safate, V. (2010). *Fetichismo: colonizar o outro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Puig, J. (2000). *Democracia e participação escolar: propostas de atividades*. São Paulo: Moderna.

Siqueira, E. (2009). *O estatuto das identificações em sujeitos com marcas e alterações corporais*. Dissertação de Mestrado, UNICAP, Recife.